



A nova Lei de Segurança Nacional chinesa e seus impactos para o comércio internacional

No dia 30 de junho, o Parlamento chinês aprovou uma nova Lei de Segurança Nacional chinesa à província de Hong Kong, gerando ondas de protestos na região. Opositores da medida afirmam se tratar de uma interferência direta de Pequim no território semiautônomo, ameaçando as liberdades civis e políticas do país. Apoiadores do Governo, entretanto, afirmam que as medidas não prejudicam os interesses da comunidade internacional e de investidores estrangeiros na região.

Em linhas gerais, a Lei visa ao combate do que as autoridades chinesas definem como atividades “subversivas e secessionistas”, bem como de terrorismos e conluio com forças estrangeiras pelo território de Hong Kong. O texto ainda não foi publicado na íntegra, de maneira que as informações coletadas foram disponibilizadas apenas por algumas autoridades chinesas; ainda assim, essa medida tem causado grande repercussão internacional entre seus apoiadores e opositores, dada a participação de Hong Kong no comércio mundial anteriormente à Lei.

Para que seja possível compreender as reações de alguns atores, como a do Reino Unido, frente à decisão da China, é necessário analisar o histórico de envolvimento entre essas regiões. Até 1997, Hong Kong era uma colônia britânica, que foi devolvida ao domínio chinês após a elaboração de um acordo conjunto, no qual buscava-se preservar sua autonomia e liberdades por cinquenta anos; até então, o território de 7,5 milhões de habitantes manteve-se ativo no cenário internacional, e autônomo perante a China continental.

Após a aprovação da Lei de Segurança Nacional, o Reino Unido se posicionou abertamente contra suas cláusulas, argumentando que se tratava de uma violação à liberdade e autossuficiência da região, conceitos que, segundo o país, haviam sido previamente alinhados no acordo mencionado. Em resposta à decisão de Pequim, o governo britânico anunciou que oferecerá a possibilidade de obtenção de cidadania a aproximadamente três milhões de moradores de Hong Kong.

Pouco tempo após a deliberação britânica, o embaixador de Pequim em Londres foi a público e acusou o Reino Unido de “grave interferência nos assuntos internos da China”, alegando que o governo britânico não possui “nenhuma soberania, jurisdição ou direito de supervisão sobre Hong Kong”. Até o presente momento, os dois países se mantêm em desacordo sobre o tópico, enquanto

o sistema internacional aguarda os próximos passos da potência asiática e os possíveis impactos dessa instabilidade para o comércio mundial.

Essas tensões com o Ocidente poderão ocasionar possíveis impactos econômicos, abrindo espaço para a fuga de investimentos. Em virtude do nível de segurança jurídica e do sistema democrático estabelecido, torna-se mais fácil investir na China continental, passando pelas facilidades que Hong Kong proporciona. Com isso, o território autônomo atrai capitais do mundo inteiro. A bolsa de valores de Hong Kong é considerada a mais importante da Ásia-Pacífico.

Trazendo essa questão para a realidade brasileira, a China é o principal parceiro comercial do Brasil e mantém sua posição como o maior mercado externo de Minas Gerais. Se analisar os últimos cinco anos das relações comerciais entre a China e o estado mineiro, ver-se-á que a balança comercial apresentou superávit em todos os anos. Em 2019, o superávit na balança gerado foi de US\$ 6 bilhões para Minas Gerais. Enquanto as exportações somaram US\$ 7,745 bilhões, as importações registraram US\$ 1,670 bilhões. Sua relação com Minas também é estreita, em virtude de acordos de irmanamento com cidades chinesas. A cidade mineira de Pouso Alegre possui Xuzhou como cidade irmã. As cidades de Belo Horizonte e Contagem também mantêm acordos com Nanjing e Jiaxing, respectivamente.

Hong Kong também é um parceiro comercial estratégico para o estado mineiro. A balança comercial entre Minas Gerais e Hong Kong registrou superávit nos últimos cinco anos. Apesar de apresentar um decréscimo de US\$ 150,82 milhões entre 2014 e 2019, o resultado da balança comercial no último ano apresentou superávit de US\$ 107,67 milhões. Em 2018, Hong Kong ocupou o segundo lugar no ranking dos principais destinos das exportações de carne bovina, com US\$ 90,27 milhões. Dentre os demais parceiros comerciais, o país se distinguiu pela demanda de cortes diversificados (in natura, miudezas e industrializada) com o objetivo de atender à culinária local.

Apesar do cenário de incertezas, somente o tempo poderá dizer se a instabilidade política e econômica entre China e Hong Kong poderão gerar impactos no comércio internacional com todos os parceiros comerciais, e nessa linha, até mesmo o estado de Minas Gerais.

**FONTES:**

China acusa Reino Unido de interferência política. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/06/china-acusa-reino-unido-de-grave-interferencia-sobre-hong-kong.ghtml>

Reino Unido diz que Lei de Segurança é uma violação grave ao tratado. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/01/reino-unido-diz-que-lei-de-seguranca-chinesa-para-hong-kong-e-violacao-grave-de-tratado.ghtml>

China aprova lei de segurança nacional para Hong Kong. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/china-aprova-lei-de-seguran%C3%A7a-nacional-para-hong-kong/a-53993751>

Comunidade internacional condena nova lei de segurança para Hong Kong. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/comunidade-internacional-condena-nova-lei-de-seguran%C3%A7a-para-hong-kong/a-54005845>.

Opinião: O mito Hong Kong se desfaz. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-o-mito-hong-kong-se-desfaz/a-54005186>.

**O estudo foi desenvolvido pela Diretoria de Promoção de Exportações (Dipex) e Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional (ACI).*